

# **Sociedade Civil na Redemocratização no Maranhão: revisão historiográfica e perspectivas de pesquisa**

**ANA RAQUEL ALVES DE ARAÚJO\***

## **1. Introdução**

Este artigo faz parte de um projeto maior de estudo da história social maranhense no período da transição para a democracia, de meados dos anos 1970 a 1988, quando é promulgada a Constituição Federal. O objetivo é apresentar uma discussão historiográfica sobre o período no Maranhão, correspondendo, assim, à primeira etapa do projeto supracitado.

A temática da sociedade civil no Maranhão em tempos de transição do regime ditatorial para a democracia já vem sendo suscitada pela necessidade de discutir e de escrever, devidamente, a história dos meandros dos movimentos e das articulações da sociedade para ampliar a socialização da política.

Essa necessidade se torna cada vez mais incisiva diante das novas discussões a respeito da ditadura, hoje reconhecida como civil militar, bem como da instituição da Comissão Nacional da Verdade em 2012, com a finalidade de apurar graves violações dos Direitos Humanos nesse período.

Nesse debate chama a atenção a pouca visibilidade de tal temática na historiografia maranhense, tanto em relação ao período quanto à temática. As produções de historiadores focaram na história política, das disputas entre partidos e grupos. E foram assistentes sociais que primeiro produziram análises sobre a sociedade civil.

O foco desses trabalhos é a movimentação social característica do final da ditadura. E não inclui somente os movimentos que tiveram como motivação a redemocratização do país, em se tratando somente de eleições livres, mas todos os movimentos que reivindicaram outros direitos e medidas que pressupunha uma discussão política, e que indiretamente exigia a volta do Estado de Direito.

Concordamos com Boron (2004) quando defende que a democracia não é somente a participação política, mas também o acesso de todos os cidadãos a condições socioeconômicas adequadas. Assim, a democracia plena deve atender aos direitos civis, políticos e também aos sociais de maneira cada vez mais globalizante (BORON, 2004:235).

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da UEMA e Bolsista pela FAPEMA.

Por isso interessa as diversas bandeiras reivindicatórias que surgiram de 1974, marco temporal para a redemocratização no Brasil segundo a historiografia nacional, a 1988, ano da promulgação da Constituição Federal e a volta ao Estado de Direito. Além da discussão eleitoral, essas bandeiras abrangeram questões variadas, desde habitação à sexualidade, de raça à ecologia. Entendemos que foram questões que a sociedade levou às ruas devido à falta de espaços para o debate, em decorrência do autoritarismo.

O conceito de sociedade civil é proveniente da teoria ampliada de Estado de Gramsci. O Estado ampliado é formado pela *sociedade política*, que corresponde aos aparelhos de coerção sob controle da burocracia executiva e policial-militar, e pela *sociedade civil*, conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias (COUTINHO, 1988). Essas duas esferas do Estado se distinguem por uma materialidade própria, no caso da sociedade civil, são os “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política.

O uso desse conceito está de acordo com as elaborações de Coutinho (1988), que também se utiliza da concepção ampliada de Estado gramsciana. Segundo esse autor, a sociedade brasileira a partir da década de 1920 ampliou o processo de socialização da política, ou seja, a formação de sujeitos políticos coletivos de massa.

Mas este estudo procura aprofundar nas elaborações analíticas a respeito da sociedade civil no intuito de investigar os grupos sociais que elaboraram e/ou difundiram ideologias contra-hegemônicas, ou seja, ideologias contrárias as vigentes e provenientes de grupos sociais dominantes que hegemonicamente conservaram e promoveram uma base econômica que os beneficiavam.

Assim, nos interessa discutir como esse tema vem sendo discutido como primeiro passo para futuras discussões sobre tal temática no intuito de destrinchar a dinâmica social maranhense, desnudando as mobilizações dos grupos sociais frente a uma conjuntura de ausência de espaços oficiais de debate bem como de cidadania para boa parte da população e que pressionava mudanças que direta ou indiretamente questionavam a ditadura e exigiam mudanças de viés democrático.

## **2. Revisão Historiográfica**

A discussão historiográfica sobre a Transição para a Democracia nas décadas de 1970 e 1980 apresentada neste artigo parte das interpretações de Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003). O autor elenca três fatores importantes para o processo de

abertura: a pressão exterior, proveniente da ação em defesa dos direitos humanos do presidente norte-americano Jimmy Carter; e internamente, o projeto de abertura Geisel-Golbery e a ação da oposição consentida (MDB) (SILVA, 2003:247).

Ainda segundo o autor, a crise do petróleo de 1973 não foi fundamental para a crise militar e conseqüentemente para a abertura. Isso significa dizer que o esgotamento do modelo econômico no início dos anos 1980 não condicionou a Transição, mas influenciou o seu ritmo.

Esse mesmo autor, em outra obra (1990), discute que a falta de recursos e de projetos para solucionar a crise por parte dos militares, recolhendo-se ao imobilismo, enquanto a sociedade civil se manifestava nas ruas, deu o tom da abertura política. E cita a distinção elaborada de Guillermo O'Donnell sobre as duas formas clássicas de transição:

*umas, rápidas, com forte ruptura com o autoritarismo vigente, denominadas de **transição por colapso**; outras, lentas, graduais, seguras para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças progressistas da oposição. Estas seriam denominadas de **transições pactuadas** (grifos do autor) (SILVA, 1990: 385).*

O segundo tipo correspondeu ao caso brasileiro. Mesmo com as manifestações da sociedade civil - sindicatos, Igreja, imprensa, artistas, universidades e outros movimentos – a Transição se processou de forma acordada e conservadora. A mesma perspectiva, de uma Transição Conservadora que protegeu os interesses das classes dominantes e garantiu espaços para a manutenção dos militares na estrutura de poder e a defesa de seus interesses ao longo do primeiro governo civil após a destituição de João Goulart em 1964, é compartilhada por Renato Lemos (2002).

Segundo os militares a abertura foi um projeto de poder que foi dificultada pela oposição, e que esta não teria tido papel relevante no processo. Assim, o ponto de vista deles aponta claramente um projeto de abertura limitado e conduzido pelo alto. Essa postura conservadora se recusa a pensar a cidadania e os atores políticos como parte da transição (SILVA, 2003:256).

Para Francisco Carlos os militares e a oposição, representada pelo MDB, são considerados os atores principais na reconstrução do cenário da redemocratização no país e se realizou em duas fases. A primeira fase da abertura política permaneceu sob a tutela militar, limitada e lenta, iniciada ainda na década de 1970, e tinha o sentido de comportar garantias ao regime, como:

*evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo de mais de dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter o futuro de uma determinada ordem (SILVA, 2003:262-263).*

Na segunda fase, iniciada a partir de 1983, o poder passou para as mãos da sociedade civil, possibilitando as grandes manifestações de massa para a campanha das *Diretas Já!* e da eleição de Tancredo Neves, com o governo perdendo a iniciativa das reformas (SILVA, 2003:265).

De acordo com historiadores, o marco inicial da abertura é 1974. Alessandra Carvalho (1990:376) concebe o discurso do presidente Geisel realizado aos seus ministros, em 1974, no qual afirma suas intenções de mudança política, como um indício da iminência de transformações do regime militar. Outro autor, Carvalho (2008:173), também elege esse ano como início da transição, pois houve a diminuição da restrição à propaganda eleitoral. Francisco Carlos elenca dois pontos distintos de ação para esse ano: “de um lado, a formulação clara de um processo de inserir o Brasil num Estado de Direito, conforme o Projeto Geisel-Golbery e, de outro, a formidável vitória eleitoral do MDB em 1974” (SILVA, 2003:247).

Retomando a interpretação de Silva (2003), as mobilizações da sociedade civil somente assumiram papel de destaque na redemocratização em 1979, com a luta pela anistia e durante toda a década de 1980.

Gohn (2013:113-115), partindo da perspectiva dos movimentos sociais, interpreta as mobilizações civis da Transição para a Democracia de outra forma. A autora, em obra dedicada à trajetória da cidadania dos brasileiros, compreende os anos de 1975-1982 como sendo das lutas pela redemocratização. Apresenta também como marco inicial o ano de 1974, devido aos resultados das eleições desse ano, favoráveis à oposição, que ganharam caráter de incentivo para que vários grupos formassem planos de mudanças.

Segundo o recorte temporal deste estudo, a fase que a autora considera de negociação é a Era de Direitos, 1982-1995, ainda abrange o que aqui consideramos o processo de redemocratização. É importante esclarecer que concebemos o Estado de exceção até o ano de 1988, quando foi instituída a nova carta brasileira. Partimos do entendimento que até esse momento a vida política, social e econômica ainda era regida

por leis e instituições autoritárias. E a partir da Constituição de 1988 se estabeleceu novos princípios para nortear a sociedade civil e a relação desta com o Estado Restrito<sup>1</sup>.

A obra de Gohn (2013) por se tratar de uma compilação das lutas sociais no Brasil ganhou um aspecto de catálogo da atuação da sociedade civil brasileira. Na fase de 1975-1982, são citados 22 movimentos, incluídos o movimento feminista, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o movimento pela Anistia, a criação do Movimento Sem-Terra (MST) e do Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo. Na fase seguinte, 1982-1995, 55 movimentos, como o movimento *Diretas Já!*, a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento Negro Unificado, por exemplo.

É de extrema importância para este estudo a observação sobre a ausência do Maranhão na obra supracitada como cenário das lutas políticas desses movimentos. A autora aborda os processos históricos nacionais a partir, principalmente, de São Paulo e do Rio de Janeiro, com algumas referências a estados da região Sul e a Bahia. Portanto, uma produção de pretensa abrangência nacional silencia em relação à boa parte do território nacional. O que também pode ser dito dos trabalhos citados até agora neste artigo.

Se intercalarmos as obras de Silva (2003) e de Gohn (2013) percebemos um “vazio” que incentiva a investigação do objeto desta pesquisa: a atuação da sociedade civil maranhense no período da redemocratização. A partir disso, limitamos o recorte espacial ao estado do Maranhão, pela sua ausência da historiografia, e lançamos a hipótese que o período concernente a este estudo, conhecido pelas grandes mobilizações da sociedade civil no Sudeste brasileiro também apresentou uma dinamicidade nesse estado.

A obra *História do Maranhão* (2001), de Mário Meireles, renomado historiador maranhense, aborda a transição a partir de uma perspectiva narrativa das administrações do governo estadual e dos eventos da alta política do estado, como uma espécie de

---

<sup>1</sup>Este trabalho utiliza os aparatos teóricos de Antonio Gramsci, que possui uma concepção ampliada do Estado, que “comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção”) que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, meios de comunicação de massa), etc” (grifos do autor) (COUTINHO, 1989, p. 76 e 77). Dessa forma, o Estado Restrito, as suas instituições, são locais de disputa política, em que as classes almejam ser hegemônicas.

crônica sobre os bastidores políticos. Narra, por exemplo, o episódio da escolha dos seis deputados que representaram a Assembleia Legislativa maranhense no Colégio Eleitoral para votar para presidente na eleição indireta em 1985. Porém, em tom de tabloide, não cita quem foram os deputados deixando o leitor sem a informação.

No capítulo dedicado à Transição, o povo em manifestação só foi citado uma vez, quando da votação para a escolha dos seis deputados, em 1984, depredou o veículo que levava 17 deputados cooptados, segundo o historiador, pela chapa de Paulo Maluf para a Assembleia Legislativa para realizar a eleição (MEIRELES, 2001:369).

Em artigo publicado em 1978, o historiador José Caldeira defende que a sociedade maranhense passou por um período de estabilidade, de 1956 a 1976, pois teria sido pouco atingida pelos processos de transformação aos quais se submeteu a sociedade nacional. A maranhense se caracterizou pelo isolamento, e era “marcada profundamente pela ação de longos mandonismos políticos, que foram capazes de imprimir-lhe uma estagnação social, política, econômica e cultural” (CALDEIRA, 1978:57).

Segundo esse trabalho o ano de 1977 seria então o início de um novo período, coincidindo com as lutas sociais. Mas Caldeira publica em 1978, ano que os movimentos sociais ainda estavam iniciando no Maranhão e em todo o Brasil. O seu recorte temporal parece mais resultado da coincidência com o presente.

Trabalhos monográficos recentes abordam a ditadura e a transição por uma perspectiva renovada da historiografia maranhense. Como é o caso das monografias do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, que já oferecem contribuições às discussões historiográficas sobre a temática em estudo<sup>2</sup>.

Porém, o trabalho que mais se aproximou do objeto desta pesquisa foi o da assistente social Lourdes Rocha, intitulado *Movimentos Sociais em São Luís: revisitando a década de 1980* (1998). O foco da autora são os movimentos sociais urbanos e populares, enquanto este artigo tem como objeto as manifestações e atuações da sociedade civil maranhense, populares ou não, urbanas e rurais. A grande abrangência se justifica como pretensão de catalogar as ações sociais diante da escassa bibliografia.

---

<sup>2</sup> As monografias de ARAÚJO (2007), FIALHO JUNIOR (2007), MACHADO (2009) e ALMEIDA (2009), por exemplo, tratam de temas específicos dentro da temática mais abrangente que é a atuação da sociedade civil maranhense, como o movimento feminista, a greve estudantil de 1979 e a atuação campesina organizada (ver referências).

Rocha (1998) considerou as associações de bairro, grupos feministas, movimento negro e movimento ecológico. Esse estudo revelou como origem desses movimentos em São Luís:

*a falta de infraestrutura dos bairros (urbanização e saneamento); não legalização de posse e lotes urbanos; busca de local para morar; execução de programas governamentais; organização de atividades recreativas e artísticas; discussão e denúncia de discriminação (ROCHA, 1998:10).*

A autora também destaca que o peso da estrutura econômica do estado na origem e lutas dos movimentos sociais deve ser analisado juntamente com fatores de ordem cultural, ou seja, para além das contradições urbanas e a conjuntura da Transição política para a democracia, frente às ações autoritárias do Estado, houve outras questões que ultrapassam as questões classistas. Por isso a caracterização de movimentos sociais emergentes como “novos” (ROCHA, 1998:11-12). Ou seja, mesmo proferindo um discurso uníssono, calcado na reivindicação de direitos e na transformação social, era evidente a heterogeneidade das manifestações. Isso explica a variedade de bandeiras, como a do movimento feminista, negro e ecológico, por exemplo.

É importante ressaltar que essa obra foca nos movimentos de São Luís, ou seja, não contempla os movimentos do meio rural, diante de tantos conflitos fundiários.

Outra autora assistente social, Arleth Borges, em sua dissertação, abordou a trajetória da construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão (1997) e para isso expôs um panorama da sociedade maranhense.

Segundo Borges (1997),

*nos últimos anos da década de 70 e os primeiros da de 80, a dinâmica da política no Maranhão era marcada, no campo, pela explosão e violência dos conflitos fundiários e, na capital (...), o dinamismo político ficava por conta das mobilizações reivindicatórias e de caráter democrático, a exemplo do que acontecia nas grandes cidades do país (BORGES, 1997:43)*

Porém a autora destaca os eventos, organizações e/ou movimentos da sociedade civil que tiveram relação com a criação do PT no estado, que é o objeto de sua pesquisa. Seriam: o Movimento Estudantil e greve da meia-passageira em 1979; o Movimento de Oposição pra Valer, organizado por setores do MDB; a atuação de setores progressistas da Igreja Católica, especialmente a Pastoral da Juventude e o Movimento Contra a Carestia; atuação da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos e a seção maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia.

Borges não aprofunda no sindicalismo porque não o vê como significativo para a fundação do PT maranhense, apesar de ter havido algumas experiências nesse sentido.

Aborda também a forte presença de movimentos de ocupações urbanas e de efervescência dos artistas, e mais o movimento “Comitê de Defesa da Ilha”, que foi organizado contra a instalação de uma sucursal da ALCOA (multinacional fabricante de alumínio e alumina) em São Luís, acusada de provocar vários problemas ambientais e sociais. Esse foi o primeiro movimento ecológico em São Luís. Mas esses movimentos não são centrais na sua análise porque não tiveram relação direta com a criação do Partido dos Trabalhadores.

Outro fato interessante pontuado por Borges é a constituição de Frentes de atuação política, em que coadunavam entidades, movimentos ou lideranças políticas, que se envolviam nas causas de um de outro. Esse dado foi percebido pela análise das listas de participantes nas quais a autora teve acesso, concluindo que a Frente significava menos vulnerabilidade, mais visibilidade e ampliação do poder de barganha. Mas por outro lado, a diversidade de interesses dificulta a definição de ações concretas (BORGES, 1997, p. 47).

Por esses dois trabalhos já podemos depreender que a nova forma de fazer e conceber a política significou a politização do social, alargando a visão do que seja política. Rocha afirma que

*nesse processo, a articulação dos movimentos sociais com outras formas de organização (igreja, partidos políticos de esquerda e o chamado novo sindicalismo) é significativa para politizá-los, produzir uma linguagem que os identifica e constituir o “nós” – o sujeito coletivo (ROCHA, 1998:13).*

O problema da sociedade civil perpassa as suas formas de atuação frente ao Estado Restrito. Mas apesar do ponto de vista partir do social, não pretendemos magnificar os movimentos e as organizações sociais, quanto ao seu nível de participação popular, de espontaneidade, de independência dos partidos e sobre o domínio de uma concepção igualitária, enquanto polo não institucional em contraposição ao sistema institucional (JACOBI, 1987:11).

Os movimentos sociais, englobando as manifestações de massa e também as entidades civis, são analisados pelos problemas políticos que se explicitaram diante do Estado Ampliado (sociedade política + sociedade civil). Se estamos lidando com reclamações por direitos ou mesmo por respeito, estas são direcionadas para algum lugar, para alguém no sentido de provocar alguma mudança. Esse interlocutor é a sociedade política. E existe o objetivo de que essas mudanças aconteçam tanto ao nível institucional, ou de políticas públicas, como também ao nível comportamental na sociedade civil.



### Considerações finais

Na pesquisa para a construção desse artigo, que anteriormente possuía formato de projeto de mestrado, foi possível observar que a temática da sociedade civil maranhense nos anos 1970 e 1980 se realizou academicamente fora da área de história.

A explicação sobre os raros estudos sobre o tema por essa perspectiva pode ter relação direta às intensas críticas desferidas à chamada História do Tempo Presente e ao uso de depoimentos orais como corpus documental. No centro da polêmica, encontrava-se a secular discussão acerca da objetividade do conhecimento histórico. Assim, a proximidade entre o historiador e seu objeto seria um obstáculo à objetividade uma vez que o historiador estaria ainda “movido pelas paixões”. Ao uso da documentação oral, a crítica recaía acerca das discussões entre História e Memória; verdade e mentira. Nos últimos anos, todavia, essas críticas foram sendo diluídas em função da qualidade dos trabalhos que estão sendo produzidos. Temas que até então ficaram restritos ao campo de investigação de cientistas sociais, assistentes sociais e jornalistas, por exemplo, começaram a ser inseridos em uma perspectiva histórica<sup>3</sup>.

A preocupação sobre “os modos de constituição dos atores históricos coletivos, e suas relações que conformavam historicamente as estruturas sociais” (CASTRO, 1997:48) deve ensejar novos estudos sobre o Maranhão contemplando as problemáticas da História Social.

### Referências

ALMEIDA, Desni Lopes. **O Campo e a Política**: a participação do campesinato na política maranhense (1955-1979). São Luís - MA, 2008. 78 páginas. Monografia, Curso de História, São Luís, 2008.

ARAÚJO, Ana Lígia Alves de. **Mulheres em luta**: memória e história na São Luís dos anos 80. São Luís - MA: Universidade Estadual do Maranhão, 2007. 103 páginas. Monografia, Curso de História, São Luís, 2007.

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas.

---

<sup>3</sup> Para maiores discussões sobre a Transição, ver o texto do historiador Renato Lemos publicado na Revista Topoi (2002). Sobre os usos da História Oral, há vários artigos na obra organizada pela também historiadora Marieta Ferreira de Moraes (2006).

BORON, Atilio. La transición hacia la democracia em América Latina: problemas y perspectivas. In: \_\_\_\_\_. **Estado, capitalismo y democracia em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 227-262.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, UFMG, 1978. p. 57-89.

CARVALHO, Alessandra. Características da transição no Brasil. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 376-379.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 1ª edição: 2001.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO; Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-60.

COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al (orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís, Edufma; Jundiá, Paco Editorial: 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FIALHO JUNIOR, Ilídio Lima. “**Neste luto começa a luta**”: Uma análise historiográfica da Greve Estudantil de 1979 em São Luís do Maranhão. São Luís – MA, 2007. 50 páginas. Monografia, Curso de História, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

JACOBI, Pedro R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987, p. 11-23.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasilense, 2006.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**. Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

MACHADO, Jorge Luiz Feitosa. **O que se passou em São Luís?** Representações sobre a greve da meia passagem em 1979. São Luís - MA, 2009. 81 páginas. Monografia, Curso de História, 2009.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

ROCHA, Lourdes de M. L. Nunes. Movimentos Sociais em São Luís: revisitando a década de 80. In: LIMA, Terezinha Moreira (org.). **Caderno de Exercícios 2**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1998, p. 9-24.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira de. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.385-398.

\_\_\_\_\_. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**, vol. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.